



Handwritten signature and initials

ATA N.º 11/2026

Aos nove dias do mês de junho de dois mil e vinte e seis reuniu em sessão ordinária, a Câmara Municipal de Arraiolos, na sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho, em que estiveram presentes:

PRESIDENTE:

Jorge Joaquim Piteira Macau

VEREADORES:

Carla Gertrudes Ramires Romana

Rodrigo José de Deus Panelas

Ana Raquel Portalegre Tomaz

Gonçalo Alexandre Coelho Lopes

HORA DE ABERTURA:

Pelo Sr. Presidente foi declarada aberta a reunião, pelas dezasseis horas.

I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

A) Proposta de aprovação de atas:

Nos termos do n.º 2 do art.º 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro, e n.ºs. 2 e 4 do art.º 34.º do Código do Procedimento Administrativo, foi aprovada, por unanimidade, a ata n.º. 10, de 08/04/26, a qual foi distribuída, antecipadamente, pela vereação.

B) Intervenções dos Membros do Executivo (artigo 52.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro):

Usou da palavra o Sr. Vereador Gonçalo Lopes, referindo ter algumas questões, em primeiro lugar, solicitou esclarecimentos sobre a situação da Casa Mortuária, uma vez que têm existido vários constrangimentos relacionados com aquele equipamento e o processo se tem prolongado no



[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

tempo. Questionou se a mesma já se encontra em condições de ser utilizada Abordou igualmente a questão das pragas, considerando tratar-se de um problema que se tem tornado recorrente concelho, referindo serem frequentes os relatos de munícipes relativamente a infestações de baratas e ratos, quer em espaços públicos quer em propriedades privadas, situação que continua a gerar preocupação, questionando se está prevista a implementação de medidas adicionais para resolver o problema, reconhecendo, contudo, que têm sido efetuadas aplicações de produtos para o controlo destas pragas. Referiu ainda ter verificado o início dos trabalhos no Bairro Cruz da Barreta, questionando para quando está prevista a abertura das inscrições para a atribuição dos lotes e se existe já alguma previsão para a disponibilização de lotes em outras localidades do concelho que não foram contempladas na última reunião, dando como exemplo Santana do Campo. Por último, felicitou o Município pela realização do evento O Tapete Está na Rua, destacando a elevada afluência de visitantes e o impacto positivo da iniciativa na promoção da vila.

De seguida, interveio a Sr.^a Vereadora Carla Romana que, referindo-se ao evento “O Tapete Está na Rua”, questionou se já existia algum balanço da iniciativa. Referiu que teve a oportunidade de participar e de percorrer as diversas atividades realizadas e que, pela perceção com que ficou, este ano terá havido uma maior participação do que no ano anterior, assim como, uma maior dinamização da iniciativa. Nesse sentido, questionou se o Sr. Presidente já tinha recebido algum feedback por parte dos empresários envolvidos ou se estava prevista a realização de inquérito de satisfação junto dos mesmos, considerando importante avaliar os resultados alcançados, até porque lhe pareceu que este foi um ano positivo em termos de vendas e de volume de negócios. Manifestou ainda o seu agrado pela iniciativa promovida pela CPCJ, nomeadamente pela criação do hino, realçando uma vez mais a sua satisfação pela instalação da Comissão, recordando tratar-se de uma proposta que apresentou várias vezes em reuniões de Câmara Municipal e que sempre destacou a importância da existência da mesma no concelho, por considerar que constituiria uma mais-valia. Referiu ter assistido com grande satisfação à dinamização em torno da apresentação realizada pelos jovens, considerando tratar-se de uma iniciativa que certamente contribuirá para reforçar ainda mais o papel da CPCJ na comunidade. Aproveitou para chamar a atenção para as preocupações que lhe foram transmitidas por alguns moradores de S. Pedro da Gafanhoeira relativamente à necessidade de instalação de uma lombada redutora de velocidade na Rua da Igreja, à semelhança do que já havia solicitado para o Sabugueiro, uma vez que os veículos circulam em

alta velocidade, constituindo um perigo para a população, em especial para as crianças e os idosos. Referiu que, em alguns casos, a simples saída das habitações para o passeio ou para a via pública se torna uma situação de risco. Questionou ainda a quem compete a responsabilidade pela limpeza da ribeira junto à povoação de S. Pedro da Gafanhoeira e se a ponte situada à saída para Arraiolos foi objeto de vistoria recente por parte dos serviços de Proteção Civil, uma vez que a população tem vindo a reportar sinais de deterioração da estrutura e manifestado preocupação quanto às suas condições de segurança.

O Presidente da Câmara Municipal esclareceu que a situação da Casa Mortuária se encontra praticamente resolvida, subsistindo apenas alguns aspetos pontuais que não impedem a sua entrada em funcionamento. Referiu que será agendada uma reunião com o pároco para definir os procedimentos de utilização do espaço, não estando ainda a data marcada, embora possa ocorrer nas próximas semanas. Acrescentou que, na sua opinião, não faria muito sentido que as pessoas se deslocassem à Casa Mortuária e depois tivessem de se dirigir à igreja para determinados atos, razão pela qual importa articular o seu funcionamento com a paróquia. Concluiu referindo que faltam apenas alguns pormenores de articulação institucional, sendo que a Casa Mortuária reúne já as condições necessárias para começar a funcionar. Quanto às pragas referiu ser um problema transversal em muitas localidades, contudo, a Câmara Municipal tem cumprido todos os procedimentos para a sua redução/eliminação com a aplicação de produto nos esgotos 4 vezes por ano, e, nos casos de conhecimento de ocorrências é aplicado diretamente nesses locais.

Quanto ao loteamento, foi referido que os trabalhos já se encontram iniciados, estando atualmente a decorrer o concurso público para a construção do muro de suporte de terras necessário. É intenção da entidade promotora que, quando a empreitada estiver numa fase mais avançada, seja aberto o concurso para atribuição dos lotes, previsivelmente durante o mês de julho. Contudo, salientou que a construção das habitações não poderá iniciar-se de imediato, uma vez que será ainda necessário proceder à definição das tipologias, ficando ao critério dos adquirentes a escolha da solução que pretendem implementar em cada lote, este processo implicará a elaboração e aprovação dos respetivos projetos de especialidades, o que poderá condicionar o arranque das obras. Quanto ao evento "O Tapete Está na Rua", destacou o ambiente positivo vivido durante a iniciativa, fruto da forte participação e envolvimento da população. O feedback recebido tem sido bastante favorável, sendo referido que o evento contribui para tornar o espaço público mais atrativo e acolhedor. Sublinhou ainda que o objetivo passa por continuar a



[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

Sublinhou ainda que o objetivo passou por continuar a dinamizar a economia local, incentivando a presença de comerciantes e produtores, de forma a promover a atividade económica e valorizar o património cultural do concelho, nomeadamente o Tapete de Arraiolos. Sobre a questão da colocação de lombas redutoras de velocidade, referiu que o assunto terá de ser devidamente ponderado, tendo em consideração as características e condições do arruamento, reconhecendo que algumas das lombas existentes poderão necessitar de correção, como é o caso da localidade de Sabugueiro, contudo, no que respeita a S. Pedro da Gafanhoeira, considera que as lombas atualmente existentes são suficientes. Relativamente à ribeira, informou que a responsabilidade pela sua manutenção compete à APA, recordando que a última intervenção de limpeza foi realizada pelos serviços municipais e foi sujeita à autorização daquela entidade e ao cumprimento de condições consideradas impraticáveis, nomeadamente a execução dos trabalhos exclusivamente por meios manuais, de qualquer forma, informou que a ribeira se encontra atualmente em boas condições. Por fim, em relação à ponte, informou que já foi realizada uma vistoria e que, segundo o parecer emitido, a estrutura se encontra em condições adequadas de segurança e utilização.

II – ORDEM DO DIA

1. Presidência:

1.1. RATIFICAÇÃO DE DESPACHOS:

Foram ratificados, por unanimidade, os seguintes despachos exarados pelo Sr. Presidente:

- Aprovação do plano de Coordenação do evento “O Tapete Está na Rua | 2026”;
- Aprovação dos projetos de especialidades, caderno de encargos e programa de concurso relativos à reabilitação de antigo estaleiro e celeiro da Casa Queiroga para Laboratório de Arte Têxtil Contemporâneo de Arraiolos;
- Não exercício do direito de preferência sobre a compra e venda dos imóveis apresentados através do Portal “Casa Pronta”:
 - Imóvel localizado na Rua 25 de Abril, 13 – S. Pedro da Gafanhoeira (Anúncio 81951/26)
 - Imóvel localizada na Rua da Boavista, 42 – Ilhas, Arraiolos (Anúncio 82054/26);
 - Imóvel localizado na Rua Sub Tenente António B. Apolónio Piteira -Ilhas, Arraiolos (Anúncio 85102/26);
 - Imóvel localizado na Rua da Liberdade, 3 – Arraiolos (Anúncio 88116/26);



- Imóvel localizado na Rua da Lagoa, 21 - Sabugueiro (Anúncio 88172/26);
- Imóvel localizado na Rua da Igreja – S. Pedro da Gafanhoeira (Anúncio 90404/26);
- Imóvel localizado na Rua da Igreja, 24 e Rua Nova, 7 – S. Pedro da Gafanhoeira (Anúncio 90408/26);
- Imóvel localizado na Rua das Escolas - Vimieiro (Anúncio 90514/26);
- Prédio rústico denominado Quinta do A– S. Gregório (Anúncio 91644/26);

2. GGEDE – Gabinete de Gestão Estratégica e Desenvolvimento Económico:

2.1. FEIRA S. BOAVENTURA/2026 – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA MOSTRA DE ATIVIDADES ECONÓMICAS E INSTITUCIONAIS :

Atendendo à informação/proposta da Técnica do GGEDE, a Câmara aprovou, por unanimidade, as condições de participação e de funcionamento da Mostra de Atividades Económicas e Institucionais, integrada na Feira de S. Boaventura – Arraiolos | 2026, de forma a facilitar e agilizar os procedimentos a adotar por parte da organização e expositores no decurso da atividade.

Os objetivos da Mostra assume-se como uma feira de divulgação e promoção das atividades económicas e das instituições, valorizando os investimentos concretizados, dando a conhecer entidades do concelho junto do público local e do concelho a promover o desenvolvimento económico

Aprovou ainda a proposta de minuta de contrato de cedência temporária de espaço.

Foram ainda conferidos plenos poderes ao sr. Presidente e/ou Vice-Presidente para outorgar os contratos.

3. DAFAJ - Divisão Administrativa e Financeira e de Apoio Jurídico:

3.1. APRECIÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA:

A Câmara tomou conhecimento do resumo diário de tesouraria datado de oito de junho de dois mil e vinte e seis, cujo total de disponibilidades é de 3.922.889,80€ (três milhões, novecentos e vinte e dois mil, oitocentos e oitenta e nove euros e oitenta cêntimos) sendo: *dotações orçamentais* – 3.920.987,28€ (três milhões, novecentos e vinte mil, novecentos e oitenta e sete



Handwritten signature and initials

euros e vinte e oito cêntimos) - *dotações não orçamentais* – 1.902,52€ (mil, novecentos e dois euros e cinquenta e dois cêntimos).

3.2. CONCURSO PUBLICO Nº. 3/DAFAJ/25- ADENDA CONTRATUAL:

Deliberou a Câmara, por unanimidade, aprovar a proposta de Adenda ao contrato celebrado com a empresa Manuel Gonzalez Martinez & Filhos, S.A. - fornecimento de géneros alimentares para o refeitório municipal escolar - na sequência da aprovação do pedido de reposição de equilíbrio financeiro do contrato, ratificado na reunião de 20/5/2026.

3.3. AQUISIÇÃO DE PROPRIEDADE PLENA DE LOTE DE TERRENO:

Tendo em conta a informação emitida pelo serviço de expediente – DAFAJ, a Câmara deliberou, por unanimidade, autorizou a venda da propriedade plena sobre o lote 50 do Loteamento Municipal do Bairro de Santo António – Vimieiro, correspondendo atualmente à Rua D. Martinho I, nº. 4, ao respetivo proprietário, Jorge Humberto Piteira Santana, pelo valor de 6.287,93€ (calculado de acordo com o regulamento, ou seja, o valor atual do lote com a dedução da quantia paga anteriormente).

Relativamente às condições de pagamento aplica-se, em caso de ser solicitado, o indicado no Regulamento em vigor, sendo da responsabilidade do proprietário todos os encargos fiscais e notarias que resultarem do pretendido.

Foram ainda conferidos plenos poderes ao Sr. Presidente para outorgar a escritura.

4. DOM – Divisão de Obras Municipais:

4.1. EMPREITADA “REMODELAÇÃO DE FRAÇÃO DO PRÉDIO DA AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA PARA ADAPTAÇÃO AOS SERVIÇOS DE REGISTO E DO NOTARIADO – ARRAIOLOS” – AUTO DE MEDIÇÃO:

Pelo Sr. Vereador Rodrigo Panelas foi submetida informação técnica da DOM, em que propõem aprovação do auto de medição de trabalhos contratuais nº 9, no valor de 58.406,86€, datado de 05/05/26 e relativo à empreitada em título adjudicada à empresa Catronga & Filho – Construções, Lda.

O auto foi aprovado, por unanimidade.

4.2. PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA 1 LUGAR DE ASSISTENTE OPERACIONAL:

Pelo Sr. Presidente foi submetida proposta fundamentada relativa à necessidade de abertura de procedimento concursal para a celebração de contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, previstos no mapa de pessoal do Município para 2026 (aprovado na reunião da C. M. 22/12/25 e Assembleia Municipal de 30/12/25:

Recrutamento de 1 (um) trabalhador a integrar na carreira e categoria de Assistente Operacional, por tempo indeterminado - coveiro

O conteúdo funcional bem como os requisitos habilitacionais e outros encontram-se previstos no mapa de pessoal já indicado.

Tendo em vista a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, podem candidatar-se também candidatos que não possuam uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente constituída.

Propõe ainda que a composição do júri do procedimento, assim como, do período experimental seja o seguinte:

Presidente – Vítor Manuel Pereira Marques – Chefe de DOM;

1.º Vogal efetivo – António Joaquim cravinho Virtuoso Justo – Encarregado Municipal;

2.º Vogal efetivo – Marlene Filipa Linhol Franco – Técnica Superior;

1.º Vogal suplente – Sérgio David Ratão Falcão – Encarregado Municipal;

2.º Vogal suplente – Laura Regina Cordeiro Catalão – Técnica Superior.

Analisado o assunto, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o proposto.

5. Divisão de Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente:

5.1. PROCESSOS DE LICENCIAMENTO:

Foi submetido à reunião o processo nº. 9/26, em nome de Monte Entre Águas, Turismo Rural, Lda, relativo à aprovação do projeto de arquitetura das obras de alteração e ampliação de imóvel para Turismo em Espaço Rural (TER) na modalidade de Casa de Campo, sito em S. Gregório.



Tendo em conta a informação da Chefe da DOTUA, deliberou a Câmara, por unanimidade, deferir o projeto conforme o exposto no parecer técnico de 09/06/2026.

6. DASEC - Divisão de Ação Sócio-Educativa e Cultural:

6.1. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:

Submetidas informações/propostas emitidas pelas técnicas dos diversos serviços da DASEC, relativas à atribuição dos seguintes subsídios:

- Ação Social e Saúde

- Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Igrejinha – 548,22€, para aquisição de equipamento;
- Associação de Reformados de Santana do Campo – 2.638,15€, para apoio ao evento Cocaria 2026;
- Coral de Évora – 750,00€, para apoio ao projeto Férias Corais Évora

Anexo constavam as propostas de cabimento nº. 862, 863 e 864.

- Associativismo e Desporto:

De acordo com o regulamento de apoio às Associações/Coletividades propõem a atribuição dos seguintes subsídios:

- Associação Fora Figo – 1731,21€, sendo 856,11€ - apoio no torneio primavera e o restante para atividades na comemoração do 25 de Abril;
- Associação de Ciclismo do Vimieiro – 100€ - apoio na comemoração do 25 de Abril;
- Associação Aficion Arraiolense – 5.000,00€ - apoio na dinamização de atividade (tourada);
- Lusitano Clube Desportivo Arraiolense – 7.132,00€ - sendo 4.532,00€ relativo à 4ª tranche da época desportiva 2025/26 e o restante para apoio ao Torneio Tapete Está na Rua;
- Associação Social Unidos de Santana do Campo – 550,00€ - sendo 300,00€ para atividades comemorativas 25 de Abril e o restante para torneio com campeonato da malha;
- Clube Desportivo da Malha de Arraiolos “Os Malhadores” - 800,00€ - sendo 500,00€ para apoio ao Plano Anual de Atividades 2026, 200,00€ para atividades 25 de Abril e o restante para atividades ocorridas no feriado municipal;



- Associação de Festas em Honra de Nossa Senhora da Consolação – 500,00€ - apoio ao Plano Anual de Atividades 2026;
- Associação Casa das Artes – 1.500,00€ - apoio ao Plano Anual de Atividades 2026;
- Sociedade Columbófila Arraiolense – 3.800,00€ - apoio ao Plano Anual de Atividades 2026;
- Imagem Impressa – 500,00€ - apoio ao Plano Anual de Atividades 2026;
- Rancho Etnográfico “Os Camponeses de Arraiolos” - 500,00€ - apoio ao Plano Anual de Atividades 2026;
- Clube Desportivo dos Caçadores de Arraiolos - 500,00€ - apoio ao Plano Anual de Atividades 2026;
- Furões do Alentejo - 500,00€ - apoio ao Plano Anual de Atividades 2026;
- Associação de Caçadores e Pescadores “Os Tesos do Vimieiro” - 500,00€ - apoio ao Plano Anual de Atividades 2026;
- Sociedade Recreativa “Irmãos Unidos” do Sabugueiro - 500,00€ - apoio ao Plano Anual de Atividades 2026;
- Verão Tertuliente – Associação Comissão de Festas - 500,00€ - apoio ao Plano Anual de Atividades 2026;
- Sociedade Recreativa Aldeia da Serra - 500,00€ - apoio ao Plano Anual de Atividades 2026;
- Centro Social Recreativo de Cultura e Desporto da Igrejinha - 500,00€ - apoio ao Plano Anual de Atividades 2026;
- Clube Desportivo da Malha de S. Pedro da Gafanhoeira “Os pioneiros” – 850,00€ - sendo 500,00€ para apoio ao Plano Anual de Atividades 2026; 200,00€ para atividades comemoração do 25 de Abril e o restante para despesas com campeonato concelho da malha;
- Grupo Musical e Recreio Valpereirense – 590,00 – sendo 500,00€ para apoio ao Plano Anual de Atividades 2026 e o restante para campeonato da malha;
- Sociedade 1.º. de Janeiro – 1.838,74€ - 4ª tranche da época desportiva 2025/26;
- Clube Alentejano de Desportos Vimieirense – 700,00€ - apoio na comemoração do aniversário;



- Serviços Sociais dos Trabalhadores do Município de Arraiolos – 600,00€ - apoio em atividade do 25 de Abril;
- Clube de Pesca Desportiva de Arraiolos – 755,00€ - sendo 500,00€ para apoio ao Plano Anual de Atividades 2026; 170,00€ para atividade com comemoração do 25 de Abril e o restante com comemoração do Feriado Municipal;
- Clube Padel de Arraiolos - 1.844,00€ - sendo 500,00€ para apoio ao Plano Anual de Atividades 2026 e o restante com aplicação de campos padel;
- Sociedade 1º de Novembro – 680,00€ - sendo 500,00€ para apoio ao Plano Anual de Atividades 2026 e o restante com campeonato Municipal da Malha;
- Clube Futebol de Estremoz – 100,00€ - apoio com a participação em sarau gimnico.
- Associação de Caçadores das Ilhas – 4.066,38€ - apoio em obras de beneficiação na sede;
- Sociedade Columbófila Flor do Alentejo – 12.000,00€ - apoio na aquisição de carrinha.

Todos os subsídios foram devidamente cabimentados pelo serviço financeiro, com os nºs. 870 e 896.

As propostas foram aprovadas, por unanimidade.

Não participaram na apreciação e votação do subsídio atribuído à Associação de Reformados de Santana do Campo o Sr. Presidente por afinidade com membro da Direção e a Srª. Vereadora Ana Tomaz por ter exercido funções como Diretora Técnica.

6.2. AÇÃO SOCIAL ESCOLAR :

Pela Srª. Vereadora Ana Tomaz foi presente informação da Técnica de Ação Social - DASEC dando conhecimento do resultado da avaliação de processo apresentado, no âmbito da Ação Social Escolar, indicando reunir as condições para integração de 1 aluna – Testimony Ojbefun - EB1 de Vimieiro - no escalão B, propondo que seja concedido o apoio correspondente ao escalão A, preconizado na deliberação tomada em 16 de julho de 2025, ou seja, comparticipação de 100% no tocante à refeição (almoço) e atividades de complemento curricular.

Propõem, ainda, a atribuição de auxílio económico de 50€, o qual está devidamente cabimentado pelo serviço financeiro, com o nº. 1064/2025.

As propostas foram aprovadas, por unanimidade.

III - APROVAÇÃO DE MINUTA:

Para que todas as deliberações possam ter efeitos imediatos, foi elaborada uma minuta, que depois de lida e colocada à votação, de acordo com o disposto no n.º 4 do art.º 57 da Lei 75/2013, de 12 de dezembro, foi aprovada, por unanimidade.

E, não havendo mais nada a tratar foi declarada encerrada a reunião, pelas dezassete horas e vinte e cinco minutos, de que se lavrou a presente ata, que, após a sua leitura foi aprovada, por unanimidade, sendo assinada pelo Sr. Presidente e por mim *Maria Manuel Pereira* (Coordenadora Técnica do GRIC), que a redigi e subscrevi.



O Presidente da Câmara Municipal,



A Coordenadora Técnica,